

Passados 12 meses do registro da primeira morte por hantavírus, o DF volta a entrar em alerta máximo. Com o início da seca, risco de contaminação é alto

Hantavirose, um ano depois

MARIA FERRI

DA EQUIPE DO CORREIO

Em 22 de maio de 2004, um sábado, começava a agonia da população de São Sebastião com a morte misteriosa de Denifer Quintanilha Utiwma, 17 anos, moradora do bairro João Cândido. Exatamente um ano depois do primeiro registro da hantavirose, doença só descoberta em 31 de maio, após a chegada de exames laboratoriais, o Distrito Federal entra em alerta máximo. Já são três vítimas confirmadas em 2005, mesmo antes do início do período da seca — quando deveria começar a

nova fase de transmissão do hantavírus, presente na saliva, fezes e urina do roedor silvestre da espécie *Bolomys lasiurus*. O animal é encontrado em vegetações de cerrado ou modificadas com a atividade agropecuária.

No ano passado, 11 pessoas morreram e 18 conseguiram se curar, após tratamento. A doença fez vítimas em São Sebastião, Ceilândia, Paranoá, Gama, Recanto das Emas, Sobradinho, Brazlândia e Planaltina. Este ano, a Secretaria de Saúde confirmou casos no Gama, Planaltina e Brazlândia. Resultados de outras seis suspeitas devem ficar prontos nos próximos dias. A situação já é

considerada crítica. “Estamos em sinal vermelho, em alerta máximo. Sabemos que há mais circulação de vírus nas vegetações. Por causa da estiagem, o *Bolomys lasiurus* passou a sair com maior frequência das galerias construídas debaixo do solo”, explica Míriam dos Anjos Santos, diretora de Vigilância Ambiental.

A bióloga também coordena a Comissão Interinstitucional de Combate à Hantavirose, criada pelo governo local em 28 de abril e que reúne outras secretarias e o Corpo de Bombeiros. Com a experiência do surto de 2004, os integrantes do grupo traçaram um plano de ações, já posto em prática

com visitas às propriedades rurais e palestras em escolas públicas e privadas. E só aguardam que as peças publicitárias fiquem prontas para lançar uma campanha de prevenção. Ainda nos próximos dias, técnicos da Vigilância Ambiental e do Ministério da Saúde começarão um estudo ecoepidemiológico, que esclarecerá dúvidas sobre a transmissão.

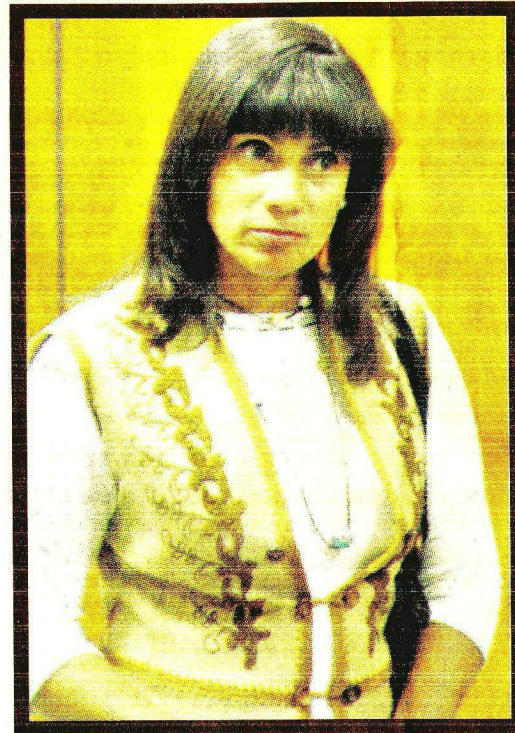
De acordo com o Ministério da Saúde, a pesquisa terá a duração de dois anos, com capturas de roedores três vezes por mês. Técnicos do governo acompanharão os trabalhos apenas nos dois primeiros meses. “A Secretaria de Saúde tem um quadro competen-

te. No ano passado, foi necessária a ajuda dos técnicos do governo federal porque a doença era nova no DF. Hoje, a equipe local tem experiência, e a expectativa é de que a doença seja registrada em proporções bem menores do que em 2005”, avalia o diretor de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde, Expedito Luna.

Míriam dos Anjos, que coordenará a pesquisa, informa que o estudo possibilitará a descoberta da dinâmica populacional do *Bolomys lasiurus*, se há sazonalidade na transmissão, as mudanças na cobertura vegetal, a preferência alimentar e as variações climáticas e suas interfe-

rências — se as chuvas, por exemplo, aumentam a oferta do capim braquiária, uma das fontes de alimento de roedores. “Com essas variáveis, vamos alimentar um estudo de modelagem, que nos apontará como está a curva de transmissão. Esse estudo possibilitará saber quando será o surto e onde.” O estudo é apenas um embasamento científico. Ele não evitará a transmissão, o que depende do comportamento da população.

Gilberto Alves/CB/24.7.04



MÍRIAM DOS ANJOS, DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL: “ESTAMOS EM SINAL VERMELHO”

LEIA MAIS SOBRE
HANTAVIROSE NA

PÁGINA 26